

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-03-06

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Rocha, J. S. (2022). A intervenção política dos militares: acção e consequências. In Fernando Rita, Jorge Silva Rocha, Sérgio Veludo Coelho (Ed.), *A guerra civil em Portugal (1828 - 1834): uma história militar concisa*. (pp. 697-708). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

Further information on publisher's website:

[https://assets.exercito.pt/SiteAssets/BibEx/Destaques/DESTAQUE\\_BIBLIOGRAFICO-JAN23.pdf](https://assets.exercito.pt/SiteAssets/BibEx/Destaques/DESTAQUE_BIBLIOGRAFICO-JAN23.pdf)

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Rocha, J. S. (2022). A intervenção política dos militares: acção e consequências. In Fernando Rita, Jorge Silva Rocha, Sérgio Veludo Coelho (Ed.), *A guerra civil em Portugal (1828 - 1834): uma história militar concisa*. (pp. 697-708). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

# A INTERVENÇÃO POLÍTICA DOS MILITARES: ACÇÃO E CONSEQUÊNCIAS

*Jorge Silva Rocha*

Inegavelmente, a revolução de 1820 e as lutas liberais que se lhe seguiram constituem marcos indeléveis da história de Portugal em geral e da história militar nacional em particular.

Período temporal que, grosso modo, se prolongou até à segunda metade do século XIX, foi palco de acontecimentos que marcaram e alteraram significativamente a dinâmica de funcionamento da sociedade portuguesa de então, onde assumia papel de destaque uma suposta elite civil que, no entanto, desde o início do século se tinha revelado incapaz de dirigir com rigor e eficácia os destinos do País.

Ao longo do tempo e de boca em boca foi crescendo o clamor daqueles que se manifestavam contra o abandono a que o País tinha sido votado pelo monarca; contra a débil situação económica e financeira causada, diziam, não só pelas massivas remessas de bens de diverso tipo enviadas para o Brasil onde a Corte se instalara e, também; contra o declínio comercial e o permanente desequilíbrio dos sucessivos orçamentos de Estado.

No Exército questionava-se abertamente a influência britânica na sua estrutura superior, um movimento embrionário de oposição activa que, não obstante as perseguições, a prisão e a condenação à pena capital de vários dos seus elementos mais actantes, com o tempo acabaria por ganhar força e agregar no seu seio todos aqueles que se opunham a uma forma de governo que consideravam tirânico e que julgavam só poder ser deposto pelo recurso à rebelião e ao emprego de métodos violentos.

Com a revolução de 1820 teve início um ciclo de maior preponderância e intervenção dos militares, em particular dos pertencentes ao Exército, na política nacional.

Nos anos que seguiram, o Exército passou, como refere Severiano Teixeira, “(...) a marcar uma posição institucional e a impor a sua vontade política. Ou seja, a instituição militar passou a impor uma clarificação política no campo heterogéneo dos vencedores de 1820 (...)”.<sup>2</sup>

A “revolução de 24 de Agosto” de 1820 constituiu a primeira afronta significativa e o primeiro medir forças com as autoridades à frente dos destinos do País, legais certamente para a maioria, mas de legitimidade questionável para alguns sectores da sociedade de então. Desde que em 1815 o Rei D. João VI instituía o Reino Unido de Portugal e do Brasil que “em Lisboa mandava nominalmente uma Regência e, na realidade, Beresford”.<sup>3</sup>

O Exército que permaneceu em Portugal era conservador. Tinha sido espoliado dos seus melhores elementos por terem sido enviados para o Brasil e empenhados nas operações de invasão da Cisplatina; rebelava-se contra a prolongada e indefinida estadia da Corte no Rio de Janeiro; vivia com enormes dificuldades e; era maioritariamente defensor do regresso à ordem anterior.

Regressado a Portugal em 1821, D. João pode contar com “a mais estrita obediência” do Exército, reforçada a partir do momento em que, no ano seguinte, D. Pedro se tornou Imperador do Brasil e todos assumiram, incluindo os militares, que tinha abdicado dos seus direitos de herdeiro ao trono de Portugal em favor de seu irmão D. Miguel.<sup>4</sup> A lealdade do Exército ficou patente quando por altura da *Vilafrancada* (Maio 1823)<sup>5</sup> apoiou D. Miguel, por não verem na acção deste uma intenção de hostil contra o monarca seu pai, mas antes um movimento em seu favor, e o privou desse apoio, não obstante ser titular do cargo de Comandante-em-Chefe do Exército, logo que os militares se apercebem que procurava com as suas acções coagir D. João a um regresso forçado ao absolutismo.<sup>6</sup>

Por sua vez, a Armada existente à data do regresso da Corte a Portugal era “já uma pálida imagem do passado recente”. A corte regressou a Portugal com o apoio e protecção de uma esquadra que “é menos da sexta parte da força que largou do Tejo catorze anos antes”. Com a independência do Brasil o poder naval português quase que desapareceu já que tinha sido no outro lado do Atlântico que se tinham desenvolvido os principais estaleiros navais responsáveis pela construção de cerca de metade da frota naval nacional.<sup>7</sup>

A degradação acelerada da organização militar de Portugal, na qual se incluía o Exército, ocorreu a partir da publicação da Constituição de 1822, Lei votada pelas Cortes reunidas em 1821 e firmada por D. João VI. A centenária organização que regia o Exército segundo uma lógica de escalonamento de forças em três níveis – forças de 1.<sup>a</sup> linha permanentes; Milícias (2.<sup>a</sup> linha) e Ordenanças – sofreu a partir de então alterações significativas que a desfiguraram irremediavelmente multiplicando dificuldades há muito existentes.

Os exércitos metropolitano e do Brasil foram unificados e as Ordenanças, sistema de recrutamento e instrução comprovadamente eficaz e útil, foram extintas para dar lugar à criação de Batalhões de Guardas Nacionais. Da anterior organização militar do País apenas subsistiu a organização e dispositivo das forças de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linhas.

Mais tarde, as Ordenanças acabariam por ser recriadas e os Batalhões de Guardas Nacionais desapareceriam para dar lugar a Batalhões de Voluntários Realistas em 1828.

No que respeita à Armada, a rápida sucessão de governos e de ministros depois de 1824 e o desinteresse geral relativamente aos problemas do Ramo naval das Forças Armadas tornaram impraticável qualquer acção em favor da recuperação da operacionalidade perdida.

A braços com uma guerra civil, os poderes instituídos tinham no Exército a força necessária ao controlo das massas revoltosas e à sua manutenção no poder dependendo com ele os escassos recursos disponíveis.<sup>8</sup> Em 1824 a Marinha já só podia contar com cerca de duas dezenas e meia de navios armados e a sua actividade resume-se à protecção das rotas de navegação contra a acção de corsários e, à manutenção da ordem interna. Sem os estaleiros do Brasil, Goa e Damão tornaram-se os principais centros do poder e da construção naval portuguesa.

A morte de D. João VI em 1826 causou nova e grande agitação no seio da sociedade portuguesa derivada da discussão em torno da questão do legítimo herdeiro ao trono. Não obstante em 1825 o Rei tivesse firmado o documento legal que designava o Príncipe Real D. Pedro como seu sucessor, a força tradição ditava a impossibilidade de coroar Rei de Portugal um príncipe considerado estrangeiro, como então o era D. Pedro.<sup>9</sup>

Fracturante, a questão fez agitar a sociedade e causou cisões também no Exército que colocaram em campos opostos os defensores da legitimidade das pretensões de D. Pedro, que insistindo nos direitos da filha D. Maria da Glória outorgara a Carta, e os D. Miguel ao trono mesmo que o segundo se tivesse declarado súbdito fiel do seu irmão. No entanto, outorgada a Carta, o grosso do Exército aceitou a Regência e os governos empossados no pressuposto da legitimidade de D. Pedro e manteve-se disciplinado e obediente à sua hierarquia de comando. A legitimidade formal de Regência favorecia a unidade do Exército evitando que ele se cindisse em grupos rivais armados que, actuando no seu seio, acabariam por provocar a sua derrocada e, em última instância, o seu desaparecimento.

Quando em 1828 D. Miguel se proclamou Rei de Portugal e dos Algarves o Exército, principal força armada do País, cindiu-se irremediavelmente e surgiram os primeiros enfrentamentos públicos entre os militares que no Exército se levantaram contra o que entendiam ser uma usurpação do trono por D. Miguel e os que defendiam a legitimidade do acto por considerarem que D. Pedro há muito tempo tinha, em termos legais, sido excluído da linha sucessória ao trono de Portugal e, por conseguinte, da possibilidade de gerir os destinos do País. Protegido pela generalidade do Exército e sem recer a oposição dos Liberais, o governo Miguelista pouco, ou mesmo nada, se preocupou com os assuntos navais.

Fruto do imprevisto e dependente do patrocínio financeiro com diversas proveniências, a organização da Marinha Absolutista, manteve no essencial a anterior organização naval do País, comandada pelo estrangeiro Sartorius, mas com um enorme défice de efectivos em todos os escalões da sua hierarquia. Mantendo o seu histórico de lealdade “ao poder estabelecido, desde que este tivesse uma credibilidade mínima”, durante este período a Marinha apoiou-o e foi agente de repressão interna.<sup>10</sup>

No cômputo geral das despesas do Estado, cerca de 760 milhões de réis, em 1828 estavam destinados aos gastos das Forças Armadas cerca de 395 milhões. Dessa verba

apenas 72 milhões, cerca de um quinto do total da verba a afectar às Forças Armadas, foram entregues à Marinha.

Por esta altura os navios da Marinha estavam na sua maioria acostados nas suas bases e as crescentes dificuldades sentidas nas finanças públicas determinava uma sucessiva redução no número de navios armados, a decadência da indústria naval portuguesa e o abandono de qualquer programa de instrução das tripulações.

No ano seguinte, as difíceis condições económicas e financeiras do País acabaram por ditar uma contracção significativa do dispositivo de forças do Exército e em particular do número de Regimentos de infantaria e de Milícias, que passaram ao número de 16 e 48 respectivamente.<sup>11</sup>

A partir de 1831, procurando replicar o exemplo francês, a facção Liberal procurou erguer um novo modelo de exército em que foi sacrificada a existência das Ordenanças e das Milícias, extintas a partir de meados de 1832. Seguiu-se a criação de diferentes Batalhões de Guardas Nacionais e de Voluntários e, no que diz respeito às forças de 1.<sup>a</sup> linha, os Regimentos de infantaria passam a reger-se por uma orgânica de três Batalhões a oito Companhias cada, modelo que viria a revelar-se impossível de implementar na realidade.

Com este conjunto de forças contavam os Liberais fazer frente ao exército oponente que, por sua vez, tinha incrementado aos poucos o número dos seus efectivos chegando mesmo a contar com 24 Regimentos de infantaria e 12 de cavalaria, entre outras formações.

Nos dois anos seguintes instalaram-se, e gradualmente foram-se acentuando as dissensões políticas entre altas patentes do Exército Liberal. Essas dissensões que rapidamente tiveram reflexos na sua organização e eficácia e que levaram D. Pedro, numa tentativa de apaziguamento das partes, a constituir dois Corpos (Norte e Sul) no seio do Exército e a entregar o seu comando aos dois principais envolvidos – o Duque da Terceira e Saldanha.

Com esta acção o Exército ficou irremediavelmente dividido entre “moderados” e “radicais”, divisão que teve como face visível a progressiva dificuldade sentida por D. Pedro em fazer valer a sua autoridade sobre os militares.<sup>12</sup>

Apesar de todas as dificuldades financeiras e do esquecimento a que foi sendo votada, foi no decurso deste período temporal de guerra civil que decorre entre 1820 e 1833 que a Marinha absolutista beneficiou de algumas remodelações organizativas influenciadas, à semelhança do sucedido com o Exército, pelos modelos ingleses. Ainda assim, e apesar da fidelidade a D. Miguel, a Marinha permaneceu “uma força desmoralizada, mal treinada, pior apoiada em infraestruturas”. Uma força que D. Miguel considerava incapaz de grandes feitos operacionais obrigando-o a investir, uma vez mais, nas forças terrestres os escassos recursos financeiros de que dispunha e a entregar o seu comando a um oficial estrangeiro por não confiar nos oficiais portugueses. A incapacidade demonstrada por D. Miguel em conseguir edificar uma força naval operacional e capaz acabaria por resultar, em última instância, na sua derrota.<sup>13</sup>

Já a Marinha Liberal, até 1833 actua com grande mobilidade graças a um punhado de oficiais regressados do Brasil e aos efectivos recrutados no estrangeiro. Uma força de mercenários pouco despertos para os ideais liberais, difícil de controlar, dominada pela

presença de oficiais ingleses nas principais funções de comando mas que, talvez por esse facto, desenvolveu a mentalidade naval necessária para vencer a Marinha absolutista.

A partir de 1834, em sentido contrário à tantas vezes defendida e apregoada vontade de pacificação da sociedade, foi o ódio pessoal a ditar o rumo da política interna do País. A perseguição violenta dos vencidos Miguelistas rapidamente foi posta em prática contribuindo para uma espiral de violenta agitação social derivada da acção das diversas facções em confronto. Facções que, tomando por exemplo o triunfo alcançado pelos Liberais com o concurso dos militares, tudo fizeram para arregimentar no seio da instituição militar o apoio musculado que servisse de alavanca e suporte à prossecução das suas pretensões.

A instabilidade governativa provocou um esboroar da autoridade do Estado, claramente incapaz de promover a pacificação social e de impor a sua autoridade às facções rivais que alimentavam com a sua acção um ambiente de permanente revolta e impediam a tão necessária ordem social.

Em termos militares, a partir de 1834 vive-se uma realidade que Carlos Selvagem compara àquela existente em Portugal na Idade Média.<sup>14</sup> Reflexo e continuidade da sociedade na qual se inseria, a instituição militar reproduzia no seu seio as divisões e o confronto de ideologias presente noutros grupos sociais, fomentando o aparecimento de tumultos intestinos frequentemente violentos. No Exército, como na Marinha de Guerra, generalizou-se o descontentamento causado por anos de abandono e de escassez de recursos financeiros para o equipar e manter condignamente operacional.

Nesse ano teve início um ciclo reformista do Exército que, no entanto, longe de fazer acalmar o ambiente de contestação e desalento que se vivia nos quartéis, se prolongaria, grosso modo, até à última década do século XIX e contribuiu para a continuação e surgimento de constantes movimentos revoltosos.

A braços com enormes dificuldades nas finanças públicas, o novo poder Liberal impôs ao Exército uma redução dos seus efectivos para cerca de metade e, desta forma, uma nova organização de forças das diferentes Armas com implicações inevitáveis, também, no seu dispositivo territorial.

No que respeita à Marinha, no final da guerra civil o novo regime está consciente dos problemas políticos que podem resultar da presença nas fileiras de uma maioria de oficiais apoiantes e defensores da causa Miguelista. Contando apenas com o apoio de um reduzido número de oficiais de baixa patente para reedificar uma Armada fiel, o novo poder instituído promoveu um gradual saneamento das mais altas hierarquias comprometidas com a aquela causa e acelerou a ascensão dos oficiais Liberais, fossem eles apoiantes de longa data ou oportunistas que tinham sabido manter-se na “sombra” até que o vencedor definitivo fosse conhecido.<sup>15</sup>

A partir de 1835 a Marinha recebeu novas atenções reorganizativas que favoreceram ainda mais a sua crónica decadência. Não obstante o serviço decisivo prestado à causa Liberal, a escassez de fundos para financiar a recuperação da operacionalidade da Armada nacional acabou por ditar uma redução, para um terço do total existente, dos meios navais armados e a navegar e respectivas tripulações.

Em 1836 viu a luz do dia uma nova organização do Exército decretada pela “ditadura Setembrista”. Organizada sob a orientação política e o comando militar de Sá da Bandeira, é considerada a mais relevante reforma militar do Liberalismo e “uma reforma no espírito do ideário liberal mais democrático no modelo do exército nacional saído da Revolução francesa”.<sup>16</sup>

O País foi então dividido em dez Divisões militares e, no ano seguinte, os Batalhões Independentes a oito Companhias (20+10 de Caçadores, numerados de 1 a 30) substituíram os Regimentos nas forças de infantaria enquanto na cavalaria o número de Regimentos foi aumentado para 8, mas com apenas 3 Esquadrões cada.

Pela primeira vez, as chamadas “escolas militares” foram reformadas para dar lugar à Escola Politécnica e Escola do Exército, escolas substitutas da Academia de Marinha e Academia de Fortificação Artilharia e Desenho, respectivamente.

Idealizada com a profissionalização e o reforço institucional da Forças Armadas em mente, não levou ao desejado afastamento dos militares dos meandros políticos já que o assédio das facções políticas aos militares não cessou, mas também porque vários militares se tinham tornado, entretanto, eles próprios chefes políticos.<sup>17</sup>

Esta organização de 1836/37 haveria de perdurar, com alterações diversas nos anos de 1840, 1841 e 1846, até 1849, ano em que se tencionava implementar a maior reorganização do Exército desde o fim das Lutas Liberais.<sup>18</sup> Como novidade surgia, em termos territoriais, a divisão do País em três Divisões Militares – Lisboa, Évora e Porto – com oito subdivisões cada uma. Nas ilhas adjacentes estabelecer-se-iam comandos autónomos.<sup>19</sup>

De difícil concretização prática, esta organização revelar-se-ia de difícil implementação e manteve-se em vigor, para todos os efeitos e na prática, a organização do Exército de 1836/37 até 1863, ano em que se operou a grande reorganização do Exército sob os auspícios do Marquês de Sá da Bandeira.

Na Marinha, o recurso abusivo ao saneamento dos elementos conotados com a causa absolutista só a partir de 1837 começa a ser travado pela acção de uma comissão instituída em Dezembro de 1838 para a ponderação das numerosas reclamações apresentadas pelos oficiais saneados.<sup>20</sup>

Até à década de 1850 a missão da Marinha sofreu sucessivas alterações. A intervenção activa na manutenção da ordem interna manteve-se a par de uma mais cuidada atenção, apesar da sua reduzida capacidade de acção, à participação na defesa dos territórios portugueses em África e à luta contra o tráfico de escravos.

A Marinha continuou a ser parte interventiva, voluntária ou não, em diversos movimentos revoltosos e a sua acção foi uma vez mais importante, por exemplo e apesar da persistente decadência numérica e qualitativa, na guerra civil da Patuleia.<sup>21</sup>

Entre 1858 e 1880 a Marinha portuguesa passará por três momentos de transformação: em 1858-1859 (Sá da Bandeira); 1862-1864 (Mendes Leal) e, 1871-1879 (Andrade Corvo).<sup>22</sup>

Em 1869/70 nova reorganização do Exército, desta feita segundo o modelo Prussiano, instituiu um exército com características defensivas e com um efectivo previsto de 30.000

homens em tempo de paz e de 50.000 “em pé de guerra”.

Será também em 1870 que, beneficiando da melhoria acentuada das condições financeiras do País, arrancará o primeiro grande programa de modernização da Marinha portuguesa sob a batuta de Andrade Corvo. Crises sucessivas a partir de 1876 ditariam a interrupção daquele programa de construções navais, mas também a conclusão da construção das linhas de defesa do campo entrincheirado de Lisboa iniciada em 1875.

Em 1884 teria lugar a última reorganização do Exército do século XIX. Tinha como novidade a adopção de quadros permanentes de oficiais e de graduados e foi com esta reorganização que se operou uma modernização significativa do armamento do Exército, talvez a maior até então, e que perduraria até 1911.

\*\*\*\*\*

O processo evolutivo e de modernização da sociedade portuguesa do século XIX teve como principais e essenciais actores os militares.

O Exército funcionou sempre como um grande espaço teatral onde diferentes actores representaram o seu papel participando activamente, na medida da capacidade de influência de cada um deles, nas diversas fases dos movimentos de contestação ocorridos naquele período temporal da primeira metade do século XIX. Os escalões superiores da hierarquia do Exército actuando junto das mais altas esferas do poder político; a oficialidade a quem fora atribuído o comando de forças, exercendo a sua capacidade de influência no seio das Unidades militares que comandavam e, também, organizando a intervenção militar operacional dessas Unidades nas diferentes intervenções públicas e; os oficiais subalternos, sargentos e soldados desempenhando o papel de actores operacionais nas diversas intervenções.<sup>23</sup>

No geral, vivia-se um ambiente de permanente fragilidade institucional e de deficientes mecanismos de controlo societário. Ambiente que favoreceu o incremento e a radicalização de conflitos internos latentes nas principais instituições nacionais que, diminuídas no seu poder de decisão e na capacidade de imposição de ordem, se viram ultrapassadas pelo poder influenciador decisivo das acções de pressão, frequentemente violentas, levadas a cabo pelas faixas mais desfavorecidas da população portuguesa, quase sempre com o suporte de forças militares.

A intervenção dos militares na conflitualidade política geral foi determinante em diferentes momentos da primeira metade do século XIX e resultou da confluência de múltiplos fatores. Uma intervenção grandemente motivada por questões internas, de natureza corporativa relacionadas com a manutenção do estatuto e prestígio social das altas hierarquias militares, mas também, frequentemente, pela necessidade de garantir o acesso dessas elites militares às esferas de decisão responsáveis pela repartição do poder.<sup>24</sup> Um protagonismo público constante dos militares no campo político que, salvo raras exceções, não produziu efeitos significativos no reconhecimento do papel dos militares no

processo em curso de modernização da sociedade portuguesa de então, nem lhes garantiu a obtenção de mais-valias profissionais significativas. O diferendo político, os interesses pessoais e as reivindicações profissionais convergiram então numa espiral influenciadora das opções e dos comportamentos dos actores militares.

Decisiva na hora da mobilização interna dos militares, a crónica questão do permanente atraso no pagamento dos vencimentos bem como a das promoções, funcionaram como principais factores de erosão do “espírito de corpo” e facilitaram o aparecimento de contextos favoráveis ao protesto reivindicativo e ao surgimento de expectativas de recebimento das compensações salariais devidas pela participação nas demonstrações públicas de força susceptíveis de forçarem a alterações na esfera política e do poder. Questões e comportamentos que os diversos governos, tentando sobreviver, procuraram controlar com recurso a pagamentos de emergência.<sup>25</sup>

Como escreveu Oliveira Martins, o Exército foi um prolongamento dos partidos, sem que, no entanto, se possa falar da existência de um “partido militar”.<sup>26</sup> Num padrão em tudo semelhante ao que era possível encontrar nas esferas próximas do poder político e da administração central do Estado, também junto ao Exército cresceu uma plêiade de fiéis seguidores arregimentados com recurso a velhos mecanismos de limpeza das fileiras, promoções de favor e concessão de benesses de todo o tipo.

As purgas que se seguiram às mais importantes mudanças na esfera do poder nacional revelaram-se um dos principais elementos concorrentes para a perturbação e constante instabilidade da instituição militar. E nesse processo de contínua perturbação da estabilidade institucional e organizativa da instituição militar o Exército foi, em simultâneo, agente público de intervenção activa e vítima principal dos efeitos dessa mesma intervenção.

Após a convenção de Évora-Monte o fosso cavado entre Liberais e Miguelistas durante a Guerra Civil agravou-se e, em jeito punitivo, levou ao afastamento das fileiras de muitas centenas de militares e ao surgimento de novas clivagens. Restaurada a Carta em 1842, seguiu-se a previsível exoneração das chefias militares e de diversos comandantes de Unidades militares e a sua substituição por elementos fiéis; o afastamento de grande número de oficiais de diferentes patentes e a sua colocação forçada sob residência fixa em diversas localidades do continente e dos Açores.

Ao longo de todo o século XIX, mas em especial nas três décadas que medeiam entre 1820 e o início da Regeneração de 1851, fomentada pelo movimento militar liderado pelo marechal duque de Saldanha contra o último ministério de Costa Cabral, promoveu-se o afastamento do poder de grupos políticos e respectivas clientelas, civis e militares, com recurso a intervenções militares ou militarizadas que seguiram um padrão mais ou menos constante em que, frequentemente, tudo tinha início num pronunciamento militar em localidades-chave para o sucesso do movimento. Seguiu-se a busca da adesão do maior número possível de seguidores e apoiantes que, *a posteriori*, eram chamados a intervir em acções e movimentos armados hostis que visavam demonstrar poderio, real ou fictício, exercendo um efeito dissuasor e condicionador da acção reactiva do poder vigente. Não seria a última vez que estes métodos de acção seriam utilizados como comprovam os factos históricos sobejamente conhecidos que tiveram lugar no decurso do século XX.<sup>27</sup>

Os métodos utilizados só produziram os efeitos desejados porque, amíúde, agindo segundo princípios contrários à sua condição e aos juramentos de fidelidade outrora assumidos, elementos das mais altas hierarquias militares estimularam as acções de desobediência interna contra os elementos dessa mesma hierarquia ligados ao poder instituído, mas também contra os mais altos órgãos e instituições do poder do Estado português. Agindo desta forma promoveram a disseminação das acções de insubordinação nas fileiras das Unidades militares, mas também a insubmissão e a união de interesses de vastas massas populares, chamadas a participar nos diversos movimentos revoltosos pelo peso simbólico do seu número, mas sem verdadeira intenção de as promover a protagonistas principais das acções de protesto e revolta.<sup>28</sup>

No período compreendido entre 1820 e 1851 a actividade revolucionária foi intensa. No curso daquelas três dezenas de anos ocorreram em Portugal dez mudanças de governo com ruptura da legalidade preexistente e mais, pelo menos, oito tentativas importantes, com o mesmo propósito, que fracassaram. Dos movimentos de ruptura triunfantes, cinco originaram alterações do próprio regime político (revolução liberal de 1820, restauração absolutista de 1823, entrada em vigor da Carta Constitucional em 1826, restauração absolutista em 1828 e implementação definitiva da Carta Constitucional na sequência da guerra civil que terminou em 1834); dois surgiram em consequência de mudanças do texto constitucional (substituição da Carta Constitucional pela Constituição de 1822 em 1836 e restauração da Carta Constitucional em 1842); uma esteve ligada a motins populares - a Maria da Fonte-; outra desencadeou uma guerra civil - a Patuleia e, em 1852, a Regeneração, deu lugar a uma nova alteração constitucional.<sup>29</sup>

Entre 1834 e 1868, Lisboa e Porto continuaram a ser os principais centros fomentadores dos movimentos revolucionários em Portugal, com especial destaque para a segunda cidade do país e toda a região Norte. Durante aquele período temporal ocorreram quatro mudanças de regime político ou de governo na sequência de movimentos de protesto e revolta iniciados no Porto e que tiveram como desfecho a queda dos órgãos de poder instituídos: a revolução constitucional de 10 de Setembro de 1836, a restauração da Carta, de 9 de Fevereiro de 1842, a Regeneração, de Abril de 1852, e os motins populares conhecidos por “Janeirinha”, de 1868. Também na região Norte do País, mais concretamente no Minho ocorreram motins populares nos meses de Abril e Maio de 1846 que ficariam conhecidos como a “Revolta da Maria da Fonte”. No mesmo intervalo de tempo Lisboa apenas foi palco central de acontecimentos revolucionários em Outubro de 1846, momento em que se desenrolou o golpe de Estado protagonizado pela rainha D. Maria II tendo em vista derrubar o Governo do duque de Palmela.<sup>30</sup>

Foi um período durante o qual a generalização dos conflitos e tensões sociais e a sua encolerizada politização teve como consequência, evidente no caso do Cabralismo, uma actuação autoritária do aparelho de Estado que contribuiu para o agravamento dos conflitos e da agitação política que marcava a vida portuguesa desde finais do século XVIII.<sup>31</sup>

Foi uma época volátil, consequência da convergência temporal de diferentes problemáticas características de uma dinâmica de movimento social, que não é exclusivo de Portugal, no sentido da afirmação e empoderamento de elites, velhas e novas, num

país com elevada rotatividade dos círculos de poder e acentuada debilidade institucional, agravado por problemáticas de carácter profissional.

Factores exógenos gerais, mas também, e principalmente, factores endógenos afetaram a vida interna da instituição militar. Os primeiros, compreendem as questões relacionadas com a instabilidade do poder, o fraccionamento das elites, as rivalidades entre as clientelas das diferentes facções em confronto. Os segundos, inseparáveis dos anteriores, os fenómenos sociais que, alimentando-se das tensões existentes ou fomentando o seu aparecimento, criaram o cenário propício à militarização dos conflitos e à mobilização dos militares para a acção. O grosso dos militares, pouco temente aos regulamentos da disciplina militar pelo fraco exemplo demonstrado pelos seus superiores hierárquicos, assumiram o papel de força reivindicativa activa, e armada, que as facções em confronto seduziam fosse pelo pagamento do pré há muito tempo devido, pela amnistia da deserção e/ou outros actos contrários à disciplina militar anteriormente cometidos, melhoria do “rancho”, etc.. A quebra e a subversão da autoridade das hierarquias militares sobre os seus subordinados foi real e contribuiu, no contexto geral de agitação social, para que uma mole militar amotinada e politizada saí-se à rua para confrontar directamente a população.

A sucessiva arremetida de apoios no seio do aparelho militar por parte de facções políticas revelou-se, assim, um método de controlo da instituição militar, mas também de mecanismo de garantia de afirmação política a nível local e nacional.

Sustentando com o poder das armas a actuação das facções em confronto, ou pura e simplesmente abstendo-se oportunamente desse apoio, os militares desempenharam, indubitavelmente, um papel fulcral nos principais momentos de mudança de regime podendo afirmar-se que a vitória do Liberalismo se deve, em grande parte, à acção do Exército, principal e mais poderoso elemento armado da sociedade portuguesa, mas sem se perder de vista o acaso que ditou inúmeras vezes para que lado pendiam os pratos da balança.<sup>32</sup>

Avaliados todos os factos ocorridos pode concluir-se que, longe de resolver os problemas estruturais que desde longa data afectavam o País, o Liberalismo contribuiu para agravar o fosso social então existente em Portugal bem como para uma degradação da qualidade das instituições e em particular das suas Forças Armadas. No Portugal de então a acção político-militar dos membros das Forças Armadas, considerados parte integrante da elite civil burguesa dominante que partilhava entre si o poder, acabou por dar lugar a uma “diluição da Condição Militar”.<sup>33</sup>

A intervenção activa dos militares nos diversos acontecimentos vividos à época revelou as cisões internas existentes na instituição castrense e constituiu, frequentemente, acção de confrontação directa com o poder político e de exteriorização ou demonstração pública de antagonismos suficientemente importantes ao ponto de condicionarem o exercício do poder pelo Estado. É uma intervenção que só pode ser entendida através do conhecimento das razões mais profundas e intrincadas responsáveis pela fragmentação interna da instituição militar; das formas do seu relacionamento com o poder político e, da interligação frequente, quase permanente, das estratégias corporativas militares com os estratagemas dos grupos de pressão civis.

## BIBLIOGRAFIA

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *O Século XIX Português*. 3ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. 164 p.; 20 cm. (Breve. História). Bibliografia, p. 147164. ISBN 978-972-671-079-0

BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Uma História de Violência Política: Portugal de 1834 a 1851*. Rev. Helder Guégés. Lisboa: Tribuna, imp. 2009. 223 p.; 23 cm. (História e actualidade). Bibliografia, p. 222. ISBN 978-989-8219-14-5

FREIRE, João, *Jornal da Marinha: Chefias, Mudanças, Permanências e Desempenhos nos Últimos 180 Anos*. 1ª ed. Lisboa: Colibri, 2016. 425, [4] p.; 23 cm. (Extra-colecção). ISBN 978-989-689-618-8, pp. 73-150

*História Militar de Portugal*. Coord. Nuno Severiano Teixeira; texto Francisco Contento Domingues, João Gouveia Monteiro. 1ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017. 710, [16] p.: il.; 24 cm. ISBN 978-989-626-831-2

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, 13.ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1998, Vol. III.

MARQUES, Fernando Pereira (1989), *Um Golpe de Estado: Contributo Para o Estudo da Questão Militar no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1989.

MARTINS, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, 2.º Vol., Lello e Irmãos, Porto, 1981

MATA, Maria Eugénia, *A Actividade Revolucionária no Portugal Contemporâneo - Uma Perspectiva de Longa Duração*, *Análise Social*, vol. XXV, (112-113), 1991 (3.º - 4.º), 755-769

SELVAGEM, Carlos, pseud. - *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal: Desde as Origens do Estado Portucalense Até o Fim Da Dinastia De Bragança*. 4ª reimp. Lisboa: INCM, 2006. XL, 705, [4] p.; 24 cm. (Temas portugueses). Bibliografia, p. 703-705. ISBN 972-27-0442-7

TELO, António José (Coord. e autor), *História da Marinha Portuguesa, Homens, Doutrinas e Organização (1824-1974)*, Tomo I, Academia de Marinha. 1999. ISBN: 972-781-007-1

VALENTE, Vasco Pulido, pseud. - *A Revolução Liberal: (1834-1836): os «Devoristas»*. Rev. José João Leiria. 3ª ed. Lisboa: Alêtheia, 2007. 238 p.; 24 cm. Bibliografia, p. 217-224. ISBN 978-989-622-086-0

VALENTE, Vasco Pulido, pseud. - *Os Militares e a Política (1820-1856)*. Rev. e índ. analítico Vasco Rosa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. 172, [1] p.; 24 cm. ISBN 972-27-0854-6

## NOTAS

- 1 MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, 13.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editorial Presença, 1998, Vol. III, pp. 15 *et seqs*
- 2 *História Militar de Portugal*. Coord. Nuno Severiano Teixeira; texto Francisco Contente Domingues, João Gouveia Monteiro. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017. 710, [16] p.; il.; 24 cm. ISBN 978-989-626-831-2, pp. 398 *et seqs*.
- 3 VALENTE, Vasco Pulido, pseud., *Os Militares e a Política (1820-1856)*. Rev. e índ. analítico Vasco Rosa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. 172, [1] p.; 24 cm. ISBN 972-27-0854-6, pp. 23 *et seqs*.
- 4 *Idem*, pp. 25
- 5 Dissolução das Cortes liberais na sequência e fim da vigência da Constituição de 1822. Sobre esta questão veja-se BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *O Século XIX Português*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. 164 p.; 20 cm. (Breve. História). Bibliografia, p. 147164. ISBN 978-972-671-079-0, pp. 25-27.
- 6 (Valente, 2005, pp. 26)
- 7 “1 nau, 1 fragata, 3 charruas, 1 corveta, 1 brigue e 5 navios mercantes”. TELO, António José (Coord. e autor), *História da Marinha Portuguesa, Homens, Doutrinas e Organização (1824-1974)*, Tomo I, Academia de Marinha. 1999. ISBN: 972-781-007-1, pp. 12 *et seqs*. Para as diversas questões relativas à Marinha abordadas ao longo deste texto veja-se também FREIRE, João, *Jornal da Marinha: Chefias, Mudanças, Permanências e Desempenhos nos Últimos 180 Anos*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Colibri, 2016. 425, [4] p.; 23 cm. (Extra-coleção). ISBN 978-989-689-618-8, pp. 73-150
- 8 *Idem*, pp. 30-36
- 9 *Idem*, pp. 26-30
- 10 *Idem*, pp. 42
- 11 SELVAGEM, Carlos, pseud., *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval De Portugal: Desde as Origens do Estado Portucalense Até o Fim da Dinastia de Bragança*. 4.<sup>a</sup> reimp. Lisboa: INCM, 2006. XL, 705, [4] p.; 24 cm. (Temas portugueses). Bibliografia, p. 703-705. ISBN 972-27-0442-7, pp. 577
- 12 (Valente, 2005, pp. 36)
- 13 (Telo, 1999, pp. 43-57)
- 14 (Selvagem, 2006, pp. 569)
- 15 (Telo, 1999, pp. 76-78)
- 16 Sobre esta matéria veja-se, por exemplo, VALENTE, Vasco Pulido, pseud. - A Revolução Liberal: (1834-1836): os «Devoristas». Rev. José João Leiria. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Alêtheia, 2007. 238 p.; 24 cm. Bibliografia, p. 217-224. ISBN 978-989-622-086-0, pp. 121 *et seqs*.
- 17 (*História Militar de Portugal*, 2017, pp. 408 *et seqs*)
- 18 (Selvagem, 2006, pp. 579)
- 19 (*História Militar de Portugal*, 2017, pp. 411-412)
- 20 (Telo, 1999, pp. 78)
- 21 *Idem*, pp. 109 *et seqs*.
- 22 *Idem.*, pp. 147-148
- 23 MARQUES, Fernando Pereira (1989), *Um Golpe de Estado: Contributo Para o Estudo da Questão Militar no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1989, pp. 22
- 24 *Idem*, pp.27
- 25 “(...) em 1834, no fim da guerra civil, os oficiais, de tenente-general a alferes, continuavam a ganhar pelas tarifas de 1816 fixadas ainda no consulado de Beresford. (...) em 1858/759 continuavam em vigor para certas situações (...) tarifas que recuavam a 1790 (...) (Marques, 1989, pp.33-34)
- 26 MARTINS, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, 2.<sup>o</sup> Vol., Lello e Irmãos, Porto, 1981, pp. 176
- 27 (Marques, 1989, pp. 56)
- 28 *Idem*, pp. 52
- 29 MATA, Maria Eugénia, *A Actividade Revolucionária no Portugal Contemporâneo - Uma Perspectiva de Longa Duração*, Análise Social, vol. XXV, (112-113), 1991 (3.<sup>o</sup> - 4.<sup>o</sup>), pp. 756.
- 30 *Idem*, pp. 763
- 31 (Marques, 1989, pp. 25-60)
- 32 (Selvagem, 2006, pp. 569 *et seqs*.)
- 33 (Marques, 1989, pp. 20-21)